



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Fundamentos teóricos da política social.

**ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA**

**Jonathan Henri Sebastião Jaumont<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho busca articular uma proposta teórico-metodológico para compreensão do momento atual. A hipótese ventilada é que os acontecimentos recentes no Brasil passaram por um reordenamento do bloco no poder para acelerar uma agenda estatal de intensificação da superexploração da força de trabalho no país. Para encarar o problema, propomos a reconstituição de um arcabouço teórico sobre os fundamentos da formação socioeconômica brasileira e latino-americana para distinguir seus impactos sobre o Estado e as políticas sociais. Por outro lado, a proposta metodológica do padrão de reprodução do capital é apresentada como um caminho coerente para dar conta do problema proposto.

**Palavras-chave:** Capitalismo dependente; Padrão de reprodução do capital; Estado; Política social; Superexploração.

**STATE AND SOCIAL POLICY IN BRAZIL: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL PROPOSAL**

**Abstract:** This paper seeks to articulate a theoretical and methodological proposal for understanding the present moment. The hypothesis is that the recent events in Brazil have undergone a reordering of the bloc in power to accelerate a state agenda to intensify the overexploitation in the country. To address the problem, we propose the reconstitution of a theoretical framework on the foundations of Brazilian and Latin American socio-economic formation to distinguish their impacts on the State and social policies. On the other hand, the methodological proposal of the pattern of capital reproduction is presented as a coherent way to deal with the proposed problem.

**Keywords:** Dependent capitalism; Capital reproduction pattern; State; Social policy; Overexploitation.

**Introdução**

No Brasil, a agenda do governo *pós-impeachment* incide, de maneira decisiva, sobre o fundo público e as possibilidades do gasto social brasileiro. Ao que nos parece, a mudança dos rumos do Executivo Federal, ocasionada pelo golpe jurídico-parlamentar, pode refletir um reordenamento do bloco no poder na tentativa de resolver certa crise de representação das classes dominantes imperialistas e locais no Estado brasileiro. Isto é o que explicaria a aceleração de medidas que, ao que tudo indica, são necessárias ao setor dominante diante do agravamento da crise mundial. Com efeito, as aprovações da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55 –

<sup>1</sup> Doutorando na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor substituto no Departamento de Política Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <jojaumont@gmail.com>.

conhecida como *PEC do fim do mundo* – e da reforma trabalhista, para citar apenas dois exemplos, parecem apontar para um forte protagonismo estatal para a constituição de um horizonte de intensificação da superexploração do trabalho no Brasil.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva propor um arcabouço teórico-metodológico capaz de encarar o problema do papel do Estado e das políticas sociais no Brasil, atualmente. Importa, portanto, por um lado, articular, teoricamente, o pano de fundo estrutural que liga a superexploração da força de trabalho à orientação do fundo público e das políticas sociais, no Brasil. E, por outro, este é um percurso que pretende encarar a análise do Estado e das políticas sociais a partir da reconstituição de seu papel no atual padrão de reprodução do capital brasileiro, na tentativa de articular, de maneira orgânica, as análises das dimensões econômica e política.

Algumas perguntas perpassam a investigação proposta: Que elementos históricos e teóricos permitem a caracterização das políticas sociais, em geral? Quais são as particularidades que determinam a realidade brasileira e latino-americana e em que medida estas impactam o Estado e as políticas sociais num país dependente como o Brasil? Como articular em níveis tão concretos as transformações econômicas do último período com o posicionamento do Estado e das políticas sociais neste contexto? É possível articular uma proposta teórico-metodológica que permita o trânsito por uma totalidade em movimento como esta?

Para dar conta disto, passaremos, primeiro, pela formulação de uma proposta teórica para a compreensão do Estado e da política social no Brasil e na América Latina para, numa segunda parte, explicitar a pertinência da proposta teórico-metodológica do padrão de reprodução do capital para o problema colocado.

## **2. Estado e Política Social: uma proposta teórica para a América Latina**

Partimos do que já está assentado. Ou seja, o Estado e as políticas sociais – tais como os conhecemos, atualmente – foram forjados no bojo das transformações monopólicas do final do século XIX e do início do século XX (NETTO, 2011). Com efeito, o desenvolvimento da acumulação capitalista cria novas necessidades para sua reprodução. O gigantesco aumento da composição orgânica do capital e os riscos de amortização colocados por aquele movimento saturam as fronteiras impostas pela configuração do capitalismo concorrencial. As burguesias e

seus aliados são, assim, forçados a procurar novos espaços e novas formas de valorização de seus capitais (MANDEL, 1997).

A estratégia predominante que conforma o objetivo central da estruturação desta nova etapa é o controle monopólico dos mercados. A concentração e a centralização do capital a patamares elevadíssimos, decorrentes da concorrência do estágio anterior, produzem a possibilidade histórica do controle monopólico de parcelas crescentes da vida econômica e o nascimento do imperialismo. Este processo representou um salto histórico qualitativo na organização econômico-social do capitalismo ao nível mundial (LÊNIN, 1979).

A magnitude do capital gerado por esta nova dinâmica de acumulação e, conseqüentemente, as crescentes dificuldades encontradas para sua valorização delineiam uma característica central para nosso tema. Trata-se do seu direcionamento para âmbitos, historicamente, novos, que vão redimensionar, inclusive, as formas de intervenção estatal sobre a vida social. Nesta direção, o fundo público ganha contornos estruturais e lhe afluem crescentes recursos para assegurar as condições gerais da acumulação e reprodução capitalista (BEHRING, 2004).

O fundo público – esta corporificação da capacidade estatal de mobilização do excedente para sua intervenção – é, absolutamente, central para a (re)produção capitalista. Por isso, este é um âmbito, especialmente, disputado, que expressa o embate das classes sociais pela direção societária no destino de seus recursos. Neste sentido, as definições, nesta esfera, são, particularmente, ilustrativas da correlação de forças vigente em determinado momento histórico (SALVADOR, 2010).

O Estado, como um todo, ao se tornar indispensável à reprodução monopolista, assume tal tarefa, transformando suas modalidades interventivas. Não se trata mais de responder, pontualmente, às demandas das lutas dos trabalhadores, nem, apenas, de intervir, política e coercitivamente, na proteção da propriedade privada. A era monopolista exige a reconfiguração do Estado para assumir, contínua e sistematicamente, tarefas econômicas diretas e indiretas na garantia dos superlucros dos monopólios, na absorção do papel de garantidor da reprodução da força de trabalho, na sua manutenção a níveis médios de consumo, no seu controle e na sua alocação em função do projeto monopolista.

No entanto, a reconfiguração, também, implica o imbricamento das funções políticas e econômicas do Estado monopolista (NETTO, 2011), decorrente da legitimação necessária à

intervenção mais estritamente econômica. O Estado passa a incorporar demandas sociais mais amplas na intenção de ampliar sua base de apoio e, em momentos de contestação real da ordem burguesa, estrutura modalidades de intervenções político-econômicas capazes de generalizar e institucionalizar tais demandas e forjar o consenso necessário para seguir atuando na reprodução da acumulação monopolista.

As políticas sociais são um exemplo emblemático deste movimento e, para compreendê-las, devidamente, é preciso encará-las desde a dupla determinação colocada pela política e pela luta de classes enquanto elementos internos constitutivos da acumulação e reprodução capitalistas globais (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). Neste contexto, a consolidação das políticas sociais significa, também, a criação das condições para uma intervenção estatal sistemática e estratégica sobre a explosiva questão social que a passagem para o capitalismo monopolista gestou. Em outras palavras, diante da crescente organização e politização dos trabalhadores, as burguesias se depararam com a necessidade de respostas estatais à altura dos desdobramentos da exploração e da dominação das classes trabalhadoras.

Isto supôs a superação de uma posição, estritamente, liberal que caracterizou, classicamente, as burguesias em luta com as aristocracias e com o clero ao longo de sua ascensão política inicial. Ou seja, no momento em que se consolidam em um lugar dominante no arranjo sociopolítico vigente, a burguesia enfrenta, em troca, a crescente autonomia política dos trabalhadores. Lida, portanto, politicamente, com a emergência de outros projetos societários. Assim, a passagem para um Estado capitalista apto a assumir funções sociopolíticas diante da mobilização popular implicou, de sua parte, a construção e a incorporação de uma perspectiva social-democrata que, longe de colocar em xeque os fundamentos do capitalismo, passa a reconhecer, formalmente, direitos civis, políticos e sociais universais.

O pano de fundo deste processo, como vimos, envolveu profundas transformações societárias. No entanto, foi o início do século XX que abalou, definitivamente, as bases materiais daquele ideário liberal inicial. O aumento do poder coletivo dos trabalhadores com o advento do fordismo e da Revolução Russa forçou respostas políticas e estatais, enquanto a concentração e monopolização do capital, as duas grandes guerras e a grande depressão de 1929 explicitaram, decisivamente, a inadequação do *laissez-faire* liberal para os desafios societários vigentes. Destas tensões, emerge um pacto social no qual a cidadania ganha destaque político e ideológico.

As políticas sociais pressupõem, assim, a construção de um *estatuto cidadão* e de condições

materiais capazes de responder à realidade de carências das classes trabalhadoras. Ou seja, as políticas sociais surgem do esforço das classes dominantes para dirigir o ascenso contestatório em curso e se edificam sobre uma profunda reconfiguração ideológica através da qual a nova ordem societária naturaliza-se e instrumentaliza a ação humana, “reiterando a existência individual subordinada à limitada forma empírica do interesse privado, instrumental, funcional e burocrático” (ABREU, 2008, p. 131).

As novas funções estatais expressam, com isso, uma mudança na estratégia dominante em relação aos conflitos entre capital e trabalho. Ao transformar, ideologicamente, o Estado em um ente neutro, a burguesia o credencia para o arbítrio da luta de classes e cria meios objetivos e ideologicamente orientados para alcançar a reprodução da ordem com legitimidade política e obediência social das classes subalternas. O atendimento de certas necessidades reprodutivas materiais e subjetivas das classes trabalhadoras, assim como sua incorporação política relativa através de regimes políticos com sufrágio universal, por exemplo, têm uma importância significativa neste movimento e implicou, também, o redimensionamento da sociedade civil para a sua corporativização e a organização do consenso. Segundo Haroldo Abreu:

[...] a abstrata igualdade jurídica dos direitos civis privados pôde ser complementada por uma igualdade de pertencimento moral e simbólico à nação publicamente regulada pelo Estado. Isto é, os cidadãos, tanto os dominantes quanto os dominados, foram definidos como pertencentes a uma civilização positivamente instituída como um bem para todos, independentemente da posição ocupada por cada um na divisão social do trabalho, do poder e do saber. (ABREU, 2008, p. 147-148)

Este movimento transformou o caráter da dominação burguesa, mas, também, dos movimentos contestatórios. Como vimos, a dominação passa a se fundar no reconhecimento e na satisfação – mesmo que parcial – de necessidades objetivas e subjetivas das classes trabalhadoras. Além disso, ganha relevo central a regulação pública de consensos baseados em discursos cidadãos capazes de ser abrangentes nos limites da ordem estabelecida. Com isso, crescem as dificuldades do movimento dos trabalhadores. Com efeito, aquelas condições monopólicas e os crescentes excedentes que as mesmas criam, alicerçam a possibilidade objetiva de realização da positividade possível da ordem societária vigente, através, inclusive, de políticas sociais. Isto se traduz em um verdadeiro apelo popular da estratégia dominante e dificulta a inserção social e política do ideário revolucionário que caracterizava, até então, o movimento dos trabalhadores. A incapacidade de superar tal desafio, reorienta o movimento dos trabalhadores para estratégias reformistas e,

contraditoriamente, passa, também, a fortalecer o ideário cidadão vigente, assim como, o Estado, as políticas sociais e a ordem estabelecidas.

Este percurso histórico que condensa a conformação do Estado de Bem Estar Social, no geral, realiza-se, principal e completamente, na Europa – com óbvias repercussões sobre a *economia de pleno emprego*, também, nos Estados Unidos. Isto acontece, fundamentalmente, no segundo pós-guerra, a partir de uma recuperação econômica extraordinária das principais economias capitalistas centrais e diante da ameaça geopolítica e ideológica da União Soviética para estes mesmos países. O outro elemento determinante para esta concretização histórica passa pela consolidação, a nível mundial, sob a égide estadunidense, de uma divisão internacional do trabalho que reforça a subordinação socioeconômica dos países da periferia do sistema capitalista.

Este arranjo, mesmo se não é novidade do período, atualiza-se diante das novas exigências do imperialismo estadunidense. Sua estruturação histórica, de fato, remonta à Conquista e ao colonialismo como polo complementar da *acumulação originária* europeia (MARX, 2013). A inserção econômica do continente latino-americano ao mercado mundial liga-se, portanto, em tempos coloniais, no século XVI, a partir e em função da expansão mercantil europeia e de suas necessidades (BAGU, 1992) e é decisivo para o surgimento da grande indústria no centro do capitalismo mundial (MARINI, 2005a).

De sua parte, a Revolução Industrial europeia coincide, no século XIX, com o processo de independência política dos países latino-americanos. A partir daí, o eixo de gravitação destas economias passa a ser a Inglaterra e as nações latino-americanas se relacionam sob estatutos nacionais independentes. A subordinação decorre, de agora em diante, da forma como estas nações inserem-se na nascente divisão internacional do trabalho e é desta nova dinâmica que surge a dependência das nações latino-americanas em relação aos centros capitalistas, determinante fundamental das formações socioeconômicas do continente desde então (Marini, 2005a)<sup>2</sup>.

2 Bambilra (2012) em sua obra clássica *O capitalismo dependente latino-americano* procura, justamente: “definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2012, p. 38, grifo do autor)”. E ressalva, à frente, “Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais (BAMBIRRA, 2012, p. 41)”.

A América Latina sofre, no entanto, sangrias permanentes de seu excedente rumo aos países centrais. O que acontece através de diversas modalidades – tais como as trocas desiguais no mercado internacional, o pagamento *ad eternum* de dívidas públicas, de *Royalties*, entre tantos outros instrumentos – são, na realidade, mecanismos de transferência de valor para as economias centrais imperialistas do sistema capitalista mundial. A busca pelo valor transferido às nações centrais, por sua vez, exacerba a necessidade pela extração de mais-valia nas economias dependentes. A particularidade das burguesias latino-americanas é que estas baseiam tal extração, recorrendo àquilo que Marini denominou superexploração (MARINI, 2005a).

A superexploração é, assim, o recurso generalizado pelas burguesias latino-americanas diante de sua subordinação na divisão internacional do trabalho e permite conformar taxas de extração de mais-valia que suportem a evasão posterior. Tendo o mercado mundial como eixo de realização de seu ciclo de reprodução capitalista, a economia dependente não depende do consumo do trabalhador para realizar tal ciclo. Com isto, o capitalista pode rebaixar os níveis de consumo do trabalho a níveis inimagináveis em economias em que o produtor é, também, essencialmente, consumidor. Neste sentido, a superexploração, é, na realidade, uma *forma particular de exploração* que se assenta na violação do valor da força de trabalho<sup>3</sup>.

A importância disto está determinada pelo fato da superexploração corresponder, exatamente, ao traço fundamental das formações latino-americanas. A superexploração é, neste sentido, o próprio fundamento da forma particular de reprodução do capital na América Latina – a dependência – e representa a contra-tendência própria do capitalismo dependente à transferência de valor à qual está submetida na divisão internacional do trabalho (LUCE, 2012, p. 122). Por outro lado, a dependência configura a contraparte do imperialismo – sua consequência necessária e seu sustentáculo primordial. Os dois processos estão, intimamente, ligados e são, na realidade, inseparáveis. Em suma, um decorre do e gera o outro.

Para nosso tema, será preciso notar as particularidades que o capitalismo dependente imprime sobre o Estado e as políticas sociais. Estas começam pelo fato da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e suas decorrências sobre o modo de produção e a formação econômico-social da região provocam, nos Estados dependentes, o que Jaime Osório chama de relações de *subsoberania* (OSÓRIO, 2014b, p. 206). Ou seja, uma soberania conscrita aos limites

3 Ao contrário do que se poderia indagar, esta não é uma ideia estranha ao universo marxiano. Sobre o tema, ver *Fundamentos de la superexplotación* de Jaime Osório (2013).

da soberania dos Estados centrais. Nestes termos, trata-se de um exercício desigual da soberania, fundamental e relativamente, restrita pelo imperialismo.

Além disto, a subordinação e a associação histórica das classes dominantes locais ao imperialismo determina, também, um horizonte político submisso e funcional à dependência. Isto destitui, estruturalmente, as classes dominantes locais de projetos nacionais autônomos e soberanos, já que as mesmas constituíram um modo de sobrevivência e acumulação, umbilicalmente, vinculado às classes dominantes imperialistas. O Estado dependente, em geral, e as políticas sociais, em particular, ao assumirem as tarefas da acumulação e reprodução do capitalismo dependente, em suma, garantem, portanto, as condições locais para a concretização do projeto imperialista associado aos interesses minoritários locais (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010). Ou seja, as classes dominantes locais subordinam, neste sentido, seu projeto de dominação, o Estado dependente e as políticas sociais ao *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (FRANK, 1969).

Por outro lado, a possibilidade do consenso burguês latino-americano assentar-se – como naquele Estado de Bem Estar Social – no reconhecimento e na satisfação das carências objetivas e subjetivas das classes trabalhadoras – carências, inclusive, aprofundadas pela superexploração – depende, como no centro, da disponibilidade de excedente destinado para tanto no fundo público. Ou seja, a realização das promessas das políticas sociais resulta de uma orientação política do fundo público para a satisfação de necessidades reprodutivas populares. Se no centro este processo foi mediado, justamente, pelo problema monopólico da alocação funcional de um excedente crescente diante da ascensão do movimento dos trabalhadores. Na periferia, é preciso ter em mente que tal excedente está sujeito a processos particulares que o destinam para âmbitos, no geral, distintos das políticas sociais.

Soma-se à destinação de recursos para a acumulação dependente, os mecanismos centrais, em especial, financeiros, no último período, de sucção estrutural do excedente que atuam sobre as economias dependentes e que destituem, cronicamente, o fundo público de recursos estratégicos para o fortalecimento e a ampliação das políticas sociais. A positividade da ordem vigente na periferia, portanto, encontra graves limites estruturais para sua realização.

As classes dominantes compensam tal restrição “[...] pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas” (OSÓRIO, 2014b, p. 207). Com efeito, o aspecto decisivo para a configuração do Estado e das políticas sociais na periferia é, exatamente,

o fato destes estarem baseados numa economia que se sustenta na superexploração da força de trabalho. Esta característica brutal das formações dependentes impõe condições de vida bárbaras para as maiorias e gera, portanto, sociedades atravessadas por antagonismos de uma agudez impetuosa. A consequência histórica é uma questão social altamente conflituosa e a atualidade que a revolução, permanentemente, recobra nos países latino-americanos.

A luta de classes nos países dependentes têm, por isso, uma explosividade latente permanente e o Estado dependente e as políticas sociais enfrentam sérios problemas para conformar um sentido de comunidade com base naquele *ideário cidadão* vigente no centro. De fato, como demonstra Alcira Argumedo, a história latino-americana está repleta de:

[...] diversas formas de rebeldía abierta, insurrecciones y movimientos de protesta ante condiciones de expoliación que las masas de estos territorios nunca aceptaron pasivamente. Evidencias de la férrea decisión de afirmar su dignidad como pueblos, como comunidades, como hombres y mujeres, no obstante los periodos de aparente sometimiento, cuando el genocidio o la derrota obligaban a replegarse hasta recobrar fuerzas o encontrar nuevas oportunidades de insurrección (ARGUMEDO, 1993, p. 16-17).

Ao vislumbrar a situação recente, percebe-se que, mesmo após a institucionalização do terrorismo de estado (OSPINA, 2010) através das ditaduras civis-militares e das democracias restringidas (CUEVA, 2016), a organização e a mobilização popular segue ressurgindo, teimosamente, no continente<sup>4</sup>. A viabilidade da ordem e do consenso social, nestes termos, só é possível “[...] sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercivos operam de forma frequente” (OSÓRIO, 2014b, p. 209). Assim é que se explicam as taxas genocidas de mortalidade da juventude negra, no Brasil, por exemplo, assim como, o encarceramento em massa da população pobre, majoritariamente, negra, no mesmo país.

Até mesmo, o reformismo na América Latina experimentou, historicamente, recorrentes interrupções violentas de seus intentos e se explica, no período recente, menos pelo apelo popular que experimentou o *estatuto cidadão*, no centro, do que pelo longo período de ditaduras civis

4 Basta mencionar o Exército Zapatista de Libertação Nacional (1994), no México; as rebeliões, também, indígenas, no Equador (2000) e na Bolívia (2003 e 2005) que destituíram cinco presidentes em menos de uma década nestes dois países; a revolta popular na Argentina (2001) que derrubou, por sua vez, o presidente e cinco sucessores; e a mobilização popular que impediu o golpe de Estado na Venezuela (2002).

militares, baseadas no terrorismo de Estado, na domesticação política e no colonialismo intelectual (FALS BORDA, 1987).

A barbárie dos padrões de reprodução do capital, a estreiteza de seus regimes políticos e a hipertrofia das dimensões coercitivas do Estado nas sociedades dependentes se orientam para fragilizar e apassivar as maiorias populares. Nestas condições, o Estado e as políticas sociais tratam de aparecer como uma autoridade protetora, inacessível e acima da sociedade, na qual se pode encontrar refúgio. O próprio exercício da política, neste caldo ideológico, quer se alienar do povo para se concentrar entre especialistas e profissionais preparados. A despolitização societária e o caudilhismo são consequências contraditórias destes processos que, ao fim, funcionam “Como um acréscimo de maiores dividendos políticos, tudo isso permite que as autoridades estatais ganhem reconhecimento e obediência; numa palavra: legitimidade (OSÓRIO, 2014b, p. 210)”.

No geral, é assim que as políticas sociais, na América Latina, acompanham uma agenda conservadora de extrema focalização e atendimento emergencial de aspectos da miséria. Desde metodologias subalternizantes, é comum o reforço da vigilância e do controle para a culpabilização individual da pobreza. Neste sentido, este estudo aponta para as articulações deste movimento com a reprodução das condições de superexploração próprias da dependência. Importa explicitar, neste período de avanço conservador sobre a disputa do fundo público, dos direitos e das políticas sociais, que isto conforma um mecanismo reprodutivo da superexploração da força de trabalho. Em formações socioeconômicas em que as políticas sociais, os direitos sociais e a dignidade popular estiveram, intimamente, ligadas ao ascenso das lutas sociais, é palpável que o presente acelere as contenções para o irrompimento de tais condições favoráveis para as maiorias latino-americanas.

### **3. Padrão de reprodução do capital: um caminho possível para a necessária articulação da economia com a política**

A proposta teórico-metodológica do padrão de reprodução do capital parece pertinente para a análise necessária ao tema. Com efeito, nossa hipótese é que as razões do golpe jurídico-parlamentar brasileiro passam por um reordenamento do bloco no poder para solucionar certa crise de representação das classes dominantes imperialistas e locais no Estado brasileiro, que, por sua vez, impedia a acelerações de medidas necessárias para este setor dominante diante do

agravamento da crise mundial. Nos parece que as aprovações da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55 e da reforma trabalhista, para citar apenas dois exemplos, são emblemáticas desta agenda que coloca um forte protagonismo estatal para a constituição de um horizonte de intensificação da superexploração do trabalho no Brasil.

Neste sentido, nossa tarefa está em conseguir articular, coerentemente, as repercussões da crise mundial sobre a economia brasileira, os seus impactos sobre as classes sociais e as suas atuações sociopolíticas, em especial, no bloco no poder vigente. Com isto, esperamos encontrar pistas para a compreensão do posicionamento estatal e de seu aparato diante das necessidades colocadas pelo momento em curso. A proposta teórico-metodológica do padrão de reprodução do capital permite, justamente, alcançar uma visão integradora da realidade societária e articular, a partir das modalidades próprias de reprodução do capital, a análise política e estatal necessária ao nosso objeto. Vejamos.

Numa definição geral, é possível falar em padrões de reprodução do capital ao localizar a conformação e sustentação, em determinado momento e espaço, de formas particulares de valorização do capital. Estas formas particulares englobam as modalidades político-econômicas necessárias, em determinada situação societária, para a garantia da reprodução capitalista.

Em mais detalhes, precisa-se entender que, em uma sociedade concreta, o desenvolvimento capitalista prioriza ramos e setores produtivos específicos que se diferenciam para dar conta da produção e da circulação de valores-de-uso determinados. Estes ramos e estes setores se transformam nos pilares ou eixos da acumulação e da reprodução do capital de uma determinada economia<sup>5</sup>. Isto está relacionado às vantagens que estes ramos e setores oferecem em relação a outros e, em uma economia dependente, às necessidades provenientes do mercado internacional.

Ao encarar a reprodução do capital nestes termos, explicitam-se os valores-de-uso nos quais se encarna a valorização capitalista e, com isso, abre-se a problematização acerca das particularidades geradas pela imposição da lógica de certo eixo de acumulação sobre o conjunto da reprodução de uma economia. De fato, a proposta teórica do padrão de reprodução do capital carrega, fundamentalmente, esta possibilidade de reintegração das dimensões do valor e do valor-de-uso<sup>6</sup>, permitindo vislumbrar a capacidade que as mercadorias decisivas de uma economia têm,

5 É possível falar em reprodução do capital quando o mesmo é capaz de viabilizar, continuamente, seu ciclo de produção e circulação (D – M ... P ... M' – D') (MARINI, 1979).

6 Como diria Jaime Osorio, esta é uma proposta central, “porque los procesos que derivan de la producción de valores de uso específicos en la valorización del capital son diferenciados. No es lo mismo acumular capital

dentro dos limites do sistema mundial e da formação socioeconômica existente, de imprimir uma dinâmica e estrutura própria às sociedades em que são produzidas através das necessidades de sua reprodução.

Por outro lado, é preciso assumir que aqueles eixos econômicos, assim como, os diferentes momentos dos ciclos de reprodução e de circulação do capital expressam classes sociais, seus setores e suas frações e que o privilégio de certos setores e frações de classes só pode se dar em detrimento de outros eixos e modalidades de estruturação dos ciclos, ligados a outras classes, setores e frações.

O resultado é o acirramento das disputas pela direção do padrão. Isto acaba por conformar classes sociais, setores e frações beneficiadas e prejudicadas pela forma de reprodução vigente. Para a análise política de um padrão de reprodução do capital e para a compreensão das políticas sociais será imprescindível, portanto, nos perguntar de quem são os projetos dominantes em marcha, que setores e frações das classes dominantes estes expressam e que setores e frações estão sendo subordinados. Assim é que aparecem elementos passíveis de definir quais setores das classes dominantes detém maior poder político e tendem a estar à frente dos arranjos político-econômicos necessários a reprodução societária.

Estes arranjos, aliás, são intransponíveis, já que nenhum setor e/ou fração de classe tem capacidade de ordenar a reprodução necessária a seu ciclo desde seus próprios atributos. Por isso, precisam acessar a extraordinária capacidade estatal que, uma vez conquistada, se coloca em marcha para a garantia das condições de reprodução das frações e setores de classes dominantes. O Estado capitalista incide, portanto, incontestavelmente, sobre o sucesso ou refreamento de determinado padrão de reprodução<sup>7</sup>.

Neste sentido, o Estado capitalista é um polo ativo na luta de classes em favor dos que dominam. Distancia-se desta perspectiva, portanto, a concepção de um Estado neutro ou puro reflexo da luta de classes. Entende-se aqui que o mesmo é protagonista central para a “[...]”

produciendo cañones, que produciendo salchichas (OSÓRIO, 2014b, p.19)”. E mais: “Las derivaciones económicas, políticas y sociales de esta diferencia son de enorme significación (OSÓRIO, 2014b, p.22)”.

<sup>7</sup> É importante notar que, para dar conta das tarefas colocadas pelo projeto dominante, o Estado se desdobra em um aparato estatal. A condensação das relações de poder político em determinada sociedade, assim, materializa-se para permitir seu exercício pelas classes dominantes. Estas relações de dominação e exploração condensadas e materializadas dão fruto a um corpo de instituições hierarquizadas, leis, regras e funcionários. O poder político, no entanto, não se distribui, uniforme e estaticamente, pelo aparato estatal, mas desloca-se e concentra-se nos espaços institucionais estratégicos aos interesses dominantes em determinado momento. É neste *locus* – o aparato estatal – que se localizam as políticas sociais desde o capitalismo monopolista.

integração e organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas (OSÓRIO; 2014b, p. 51)”. As diferentes classes sociais, frações e setores dominantes estão, com isso, em permanente conflito e articulação para acumularem forças e traduzirem essas movimentações em melhores posições para seus interesses e projetos no seio do Estado. Estes processos – que podem, inclusive, alcançar antagonismos agudos – é que conformam blocos no poder.

A política, portanto, não é um simples reflexo da economia e há que conferir a capacidade política que os setores desenvolvem diante das situações concretas que os padrões lhes apresentam. É desde esta capacidade que se conformam os projetos societários em disputa e os arcos de alianças que tais projetos, concretamente, permitem. E é, também, desde este terreno concreto que as classes dominantes exercem – ou podem exercer – o poder. A forma do exercício do poder político conforma, assim, elemento-chave de um padrão, pois está, nestes termos, também, relativamente, assentada nas possibilidades que as características de determinado padrão de reprodução do capital oferece para a sustentação de alianças no seio do Estado, das classes dominantes e com as classes dominadas<sup>8</sup>.

Neste sentido, a proposta metodológica afirma a compreensão da superexploração, do Estado e das políticas sociais como realidades articuladas de uma totalidade em movimento. Explicitam-se, assim, as conexões que permitem vislumbrar o Estado, o fundo público e as políticas sociais em sua vinculação com a disputa societária em curso, atualmente, no contexto de uma sociedade, particularmente, atravessada pela superexploração e pela dependência.

#### **4. Considerações finais**

Este trabalho tentou estruturar teórico-metodologicamente um arcabouço desde o qual possamos partir para a compreensão do papel atual do Estado e das políticas sociais. Iniciamos, assim, o percurso demarcando a trajetória das políticas sociais, nos países centrais, e suas

<sup>8</sup>Para Osório: “No es lo mismo que un patrón de reproducción opere bajo bayonetas, que bajo sufragios electorales. Ello nos traslada a los problemas de la amplitud o estrechez de las alianzas de clases (fracciones y sectores) que sustentan al Estado; tendremos elementos para comprender las bases materiales y políticas de cómo construir o desarticular el imaginario de comunidad; el mayor o menor peso de las tendencias al autoritarismo y la coerción presente en el poder político, o a formas consensuales; a los detonantes de la lucha de clases que se establecen, etc. Todo ello nos muestra las posibilidades políticas específicas de cómo un determinado patrón de reproducción puede operar, del espacio político con que cuentan los sectores dominantes para avanzar en sus proyectos. La economía se hace política y la política se hace economía” (OSORIO, 2014b, p. 32-33).

distinções com esta modalidade da intervenção estatal nos países dependentes, como o Brasil. Ao que nos parece, neste momento conseguimos delimitar elementos relevantes da particularidade do Estado e das políticas sociais na América Latina e no Brasil.

A superexploração aparece, assim, como o traço decisivo de uma formação socioeconômica periférica que para assegurar sua reprodução estrutura Estados cujas dimensões autoritárias e repressivas sobressaem. Com efeito, as precárias condições de vida das maiorias brasileiras e latino-americanas e a fragilidade dos regimes políticos do país e do continente tornam, frequentemente, explosiva a luta de classes na região. Além disso, a subordinação aos países imperialistas impele, por um lado, Estados subsoberanos perante a dominação externa e, por outro, transferências de valor para os centros capitalistas responsáveis pelo corte crônico de recursos fundamentais para o fundo público brasileiro. O resultado, no campo das políticas sociais, são a focalização e a perspectiva de controle e subalternidade vigentes na área.

Noutro momento, apresentamos o padrão de reprodução do capital como uma alternativa metodológica para a necessária articulação dos âmbitos econômicos, sociais e políticos da realidade atual. Ou seja, parece-nos coerente buscar um caminho que consiga inquirir os eixos prioritários da economia brasileira diante do agravamento da crise mundial para dar pistas sobre seu impacto sobre as classes sociais do país. Com efeito, este percurso, possivelmente, pode dar elementos sobre bases materiais para saber se houve razões para um reordenamento no bloco do poder vigente no Brasil e, no caso de uma positiva, quais foram suas repercussões sobre a acomodação de forças de então. Este balanço poderia, assim, explicar as motivações concretas do posicionamento atual do Estado brasileiro, em geral, e das políticas sociais. Confirmaria, assim, se há ou não uma agenda que aponta para uma intensificação da superexploração no Brasil no próximo período.

Esta descrição investigativa calcada no método proposto pelo padrão de reprodução do capital, de fato, indica um caminho seguro e fértil para a compreensão da situação atual. Situação esta que deve ser, urgentemente, compreendida para ser superada em favor das maiorias deste país.

## **5. Referências**

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos**: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ARGUMEDO, Alcira. **Los silencios y las voces de América Latina**. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.

BAGU, Sergio. **Economía de la Sociedad Colonial**. México: Grijalbo, 1992.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BEHRING, E. R. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004. p. 161-180.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; GRANEMAN, Sara. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CUEVA, Agustín. **O processo de dominação política no Equador**. Florianópolis: Insular, 2016.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

FRANK, André Gunder. **Latin America: underdevelopment or revolution**. Nova York: Monthly Review Press, 1969.

LENIN, V. I. Una gran iniciativa. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas em Três Tomos: Tomo 3**. Moscou: Progreso, 1979. p.217-239.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

MANDEL, Ernest. **Le troisième âge du capitalisme**. Paris: Les éditions de la Passions, 1997.

MARINI, Ruy Mauro. **El ciclo del capital en la economía dependiente**. 1979. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/058\\_ciclo\\_capital\\_dependiente.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. **A Revolução antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Vol. II, Cap. II, p.199-336.

\_\_\_\_\_. **El Capital**. Tomo III, Vol. 6. México: Siglo XXI Editores, 2009b. Disponível em: <[http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/marx\\_3\\_6.pdf](http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/marx_3_6.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2016.

- \_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OSÓRIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependência**. México: Miguel Angel Porrúa-UAZ, 2004.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos de la superexplotación. **Razón y Revolución**, Buenos Aires, n. 25, 1º sem. 2013. Disponível em: <<http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/117/116>>. Acesso em: 3 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014a.
- \_\_\_\_\_. La noción de patrón de reproducción del capital. **Cuadernos de Economía Crítica**, La Plata, ano 1, n. 1, out. 2014b.
- OSPINA, Hernando Calvo. **O terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Insular, 2010.
- PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política Social na América Latina. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.
- \_\_\_\_\_. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 4-22, jan./jun. 2012.
- SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas: Monte Avila Editores, 1974.
- SOTELO VALENCIA, Adrian. **El mundo del trabajo em tensión**. México: Plaza y Valdes Editores, 2007.